

De Cabral a Cabral, o Brasil ficou mais confuso e sua Carta também

LUIZ LANZETTA

BRASÍLIA — Quando aportou em Vera Cruz, o primeiro Cabral, na versão do primeiro relator-auxiliar, viu inocentes selvagens nus e uma terra "de muito bons ares". Passados quase 500 anos, o Cabral da moda, com a ajuda de vários relatores, descreveu um País complexo ao longo de 305 artigos e disposições transitórias que chocaram a Corte e aborreceram os súditos.

O Brasil de Bernardo Cabral vai ter um sistema de Governo semi-parlamentarista, numa data ainda incerta. A escolha dos parlamentares ficou para ser definida posteriormente, mas a eleição para Presidente da República, que será o Chefe de Estado com tão poucos poderes que "poderá atribuir ao Primeiro-Ministro as suas atribuições", será direta e em dois turnos, no dia 15 de novembro de 1989.

O Legislativo, que indicará o Primeiro-Ministro — o Chefe de Governo com todos os poderes principais — tem a sua composição imprecisa. Seus membros serão escolhidos através de um sistema eleitoral misto, majoritário e proporcional, "conforme disposto em lei complementar".

Como não se sabe exatamente a data em que serão feitas as leis complementares, é provável que o sistema semi-parlamentarista, no País de Cabral, comece sem que se saiba como e quando serão escolhidos os membros da Câmara, e sequer se ela poderá ser dissolvida, como prevê o anteprojeto, antes que sejam feitas as novas regras eleitorais.

Uma vez promulgada a nova Carta de Cabral, ela não poderá ser objeto de emenda que venha a abolir o "sistema parlamentar de Governo", mesmo levando-se em conta que as mais expressivas lideranças políticas do País são contrárias a este sistema.

Os que escreveram a primeira carta sobre o Brasil notaram que



Arinos (à direita) e Bernardo Cabral tentam redescobrir o Brasil

os homens locais "não lavram, nem criam, nem há aqui boi, nem vaca, nem ovelha, nem galinha, nem outra nenhuma animalia (...) nem comem senão desse inhame que aqui há muito".

O Brasil de hoje é diferente. Para criar animais domésticos e plantar alimentos, a controvérsia é grande. Na proposta de Cabral, para que mais pessoas vivam da terra, competirá à União fazer desapropriações pagando-as com títulos da dívida agrária ou em dinheiro. Até mesmo o Presidente Castelo Branco, há 20 anos, previa isto, concedendo a imissão da posse da terra em seis dias, e não em 90, como quer agora a nova Carta.

Porém, brigas à parte, será o orçamento anual que fixará o volume de recursos para atender ao programa de reforma agrária. Em síntese: se não houver recursos, não haverá divisão da terra e, assim, tão cedo, Contag e UDR não desocuparão as galerias do Congresso.

Caberá à União, também, preservar as florestas, a fauna, a flora, e combater as moléstias das

plantações e rebanhos. A União reconhecerá e protegerá os índios e garantirá seus direitos sobre a posse da terra imemorial, sua organização social, seus usos, costumes, línguas, crenças e tradições.

Os que primeiro chegaram a Porto Seguro protegeram apenas uma jovem índia desnuda com um pedaço de pano, para que ela pudesse assistir à primeira missa de Frei Henrique, "que a inocência desta gente é tal, que a de Adão não seria mais quanto em vergonha". E ficaram de olho no ouro e prata que acenavam os nativos em troca das contas de osso.

Artistas e militares criticam o novo Brasil de Cabral. A censura continua ampla e atinge a propaganda de medicamentos, formas de tratamento de saúde, tabaco, bebidas alcoólicas e agrotóxicos. Os militares não gostaram da forma como foi definida a fundação constitucional das Forças Armadas.

Também a anistia tratada nas disposições transitórias segue dividindo os brasileiros. O paga-

mento de atrasados e a reintegração de militares a seus postos, com direito a promoções, não é aceita pelos líderes militares. A anistia abrange punições políticas entre 18 de setembro de 1946 e a data da promulgação da Constituição. Pergunta-se: quem assaltar um banco por motivação política hoje ou amanhã também será anistiado?

O Brasil do novo Cabral tem muitos avanços na área social e individual, é confuso no sistema de Governo, omisso em alguns aspectos do sistema eleitoral, nacionalista na economia e, como texto da transição política, não consegue cicatrizar as chagas dos últimos entrechocos políticos-militares.

Pela nova Carta, "é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão". Somente as que possam causar risco à saúde física ou mental, à liberdade, ao patrimônio ou à incolumidade pública estarão sujeitas a regime de exclusividade.

No País dos Cartórios, o Relator, ex-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, introduziu uma seção específica para os advogados. É a profissão privilegiada por um artigo e dois parágrafos. O advogado é indispensável à administração da Justiça, o defensor da ordem jurídica e da legalidade da ordem democrática e, no exercício da sua profissão e por suas manifestações, "é inviolável", de acordo com o advogado Cabral.

O primeiro artigo da Constituição de Cabral diz que o Brasil "é uma Nação fundada na comunhão dos brasileiros, irmanados num povo que visa a construir uma sociedade livre, justa e solidária".

O primeiro relator, Pero Vaz de Caminha, recomendava ao Rei, falando da terra e dos primeiros brasileiros:

"O melhor fruto que nela se pode fazer me parece que será salvar esta gente, e esta deve ser a principal semente".

Discussão sobre mandato presidencial vai além da duração de 4 ou 5 anos

BRASÍLIA — A duração do mandato presidencial dividiu os constituintes em duas correntes: uma defende o mandato de quatro anos e outra, o de cinco. Mas há quem prefira apresentar a questão de outra forma: a favor e contra o Presidente José Sarney. Porque as maiores discussões são em torno do atual mandato. Os seguintes ficaram em segundo plano.

Por coincidência ou não, com poucas exceções, estes dois grandes grupos também podem ser caracterizados como "progressistas" — defensores dos quatro anos — e "moderados" — defensores dos cinco anos. Os "progressistas" estariam interessados em encurtar o mandato do Presidente Sarney para quatro anos por considerarem o seu Governo antipopular. Os "moderados" aprovam o Governo Sarney.

O grupo dos quatro anos trabalha nos bastidores e nas ruas, assumindo a campanha pelas "diretas-já". Mas este grupo também conta com a adesão de alguns "moderados", que vão mais longe e defendem eleições gerais em 1988.

A articulação pelos cinco anos parte do Palácio do

Planalto, com a coordenação direta do Presidente José Sarney, e chega aos constituintes de duas formas: pela pressão dos líderes parlamentares e dos Governadores. Na Convenção Nacional do PMDB, entretanto, ficou claro que o apoio dos Governadores não é incondicional. Eles também jogam de acordo com os próprios interesses.

No PMDB, o bloco "Centro Democrático", com cem integrantes, é quase todo pelos cinco anos. O PFL é majoritariamente a favor dos cinco anos.

Nos últimos dias, surgiu uma terceira opção, o mandato de seis anos para o Presidente Sarney, mas com parlamentarismo. Mas as primeiras reações demonstraram que a proposta não tem futuro.

O que ninguém nega, porém, é que existe uma relação direta entre o mandato e o sistema de governo. Se o Presidente José Sarney aceitasse os quatro anos de mandato, por exemplo, conseguiria aprovar o presidencialismo com facilidade. Se insistir nos cinco anos, poderá ver aprovado o parlamentarismo, contra a sua vontade.

Sistema de governo une forças políticas díspares

BRASÍLIA — O sistema de governo é um dos pontos polêmicos da Constituinte. A defesa do presidencialismo ou do parlamentarismo conseguiu unir forças políticas díspares como o Líder do Governo, Carlos Sant'Anna, os Presidentes do PMDB, Ulysses Guimarães, do PT, Luís Inácio Lula da Silva, e do PFL, Marco Maciel, e o Deputado Brandão Monteiro (PDT-RJ), pelo presidencialismo. Pelo parlamentarismo, o Líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, os Líderes no Senado do PFL, Carlos Chiarelli, e do PMDB, Fernando Henrique Cardoso, e os Senadores

Afonso Arinos (PFL-RJ) e José Richa (PMDB-PR).

O grupo presidencialista tem demonstrado maior articulação, principalmente pela pressão do Palácio do Planalto. Mas o Presidente José Sarney também conta com o apoio de articuladores informais, como o Deputado Prisco Viana (PMDB-BA), seu amigo pessoal. Além deles, há o apoio involuntário dos presidencialistas por convicção, sejam eles "moderados" ou "progressistas".

Os parlamentaristas não têm o mesmo poder de fogo, pois não têm cargos a distribuir, mas também contam com lideranças ex-

pressivas. O grande problema deles é encontrar uma fórmula de parlamentarismo que agrade a todos. Embora minoritário, há um grupo defensor do sistema puro. Mas a maioria tende para um sistema misto, no qual o Presidente seja eleito pelo voto direto e detenha uma parcela do poder.

A implantação do parlamentarismo a partir do próximo mandato — o que permitiria a Sarney cumprir o seu dentro do presidencialismo — é descartada. Eles rejeitam até mesmo a proposta de implantação gradual. Querem o parlamentarismo ainda em 1988.